

MEMORIAL DESCRITIVO - SERVIÇOS SEI Nº 27834349/2025 - SEPROT.USP.ASP**1-Objeto para a contratação:**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de rastreamento de veículos, abrangendo monitoramento via satélite para auxiliar no controle e gestão da frota veicular da administração direta e indireta do Município de Joinville/SC

2-Descrição dos Serviços:

2.1 - A contratação trata-se de serviço comum de engenharia.

Tabela Resumo de Quantidades

| Item | Serviço | Unidade de Medida | Quantidade unitária/mês | Quantidade para 12 meses |
|------|--|-------------------|-------------------------|--------------------------|
| 1 | Rastreamento e monitoramento veicular via satélite | Serviço | 280 | 3.360 |

2.2 - Os serviços a serem realizados consistem em Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de rastreamento de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web, e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento, para gestão dos veículos que compõe a frota oficial do município bem como veículos que prestam serviços de forma terceirizada.

2.3 Especificações técnicas:**2.3.1 Especificações do objeto:**

2.3.1.1 Rastreamento em tempo real, durante 24h por dia, 7 dias por semana, em todo o território nacional, garantindo o serviço, inclusive em casos falta de energia elétrica.

2.3.1.2 A comunicação deverá ser em intervalo de 1 (um) minuto assim que o veículo estiver ligado, e em intervalo de 60 minutos quando o veículo estiver desligado.

2.3.2 O sistema deverá possuir cadastros para melhor gerenciamento, que será realizado e mantidos pela CONTRATADA:

2.3.2.1 Cadastro de Cercas.

2.3.2.2 Cadastro de Rotas.

2.3.2.3 Alteração de Cercas e Rotas.

2.3.2.4 Para equipamentos instalados nos veículos que prestam serviços terceirizados, deverá ter a função da contabilização dos QUILÔMETROS RODADOS e HORAS TRABALHADAS.

2.3.3 Características mínimas dos equipamentos:

2.3.3.1 Ser compacto e sigiloso;

2.3.3.2 Possuir bateria própria;

2.3.3.3 Possuir antena interna;

2.3.3.4 Ser resistente à água e poeira;

2.3.3.5 Ser de fácil instalação, não danificando o veículo.

2.3.4 O sistema deverá ter controle de usuário e senha.

2.3.4.1 A visualização do veículo pela internet com posições frequentes e constantes, sem limite de consultas.

2.3.5 Itens mínimos que deverão aparecer na consulta em tempo real:

2.3.5.1 Diagnóstico Elétrico.

2.3.5.2 Tensão da Bateria.

2.3.5.3 Estado da Ignição (Ativo ou Desligado).

2.3.5.4 Hodômetro – Velocidade em Tempo Real.

2.3.5.5 Placa.

2.3.5.6 Descrição.

2.3.5.7 Latitude.

2.3.5.8 Longitude.

2.3.6 Visualização em tempo real no mapa (híbrido), com as devidas licenças de utilização, sem ônus para a Administração.

2.3.7 Visualização da rota do veículo.

2.3.8 Bateria de backup com autonomia mínima de 04 (quatro) horas.

2.3.9 Possibilidade de impressão de relatórios parametrizáveis detalhados conforme especificações abaixo:

2.3.9.1 Relatórios deverão exibir os seguintes campos:

2.3.9.1.1 Ignição;

2.3.9.1.2 Data e Hora Inicial;

2.3.9.1.3 Localização Inicial;

2.3.9.1.4 Data e Hora Final;

2.3.9.1.5 Localização Final;

2.3.9.1.6 Período;

2.3.9.1.7 Distância Percorrida;

2.3.9.1.8 Visualização da rota no mapa;

2.3.9.1.9 Visualização da rota do veículo através de linhas com cores definidas pelo sistema.

2.3.9.2 Relatórios de eventos deverão exibir os seguintes campos:

2.3.9.2.1 Veículo;

2.3.9.2.2 Tipo do Evento;

2.3.9.2.3 Início do Evento;

2.3.9.2.4 Fim do Evento;

2.3.9.2.5 Tempo do Evento;

2.3.9.2.6 Velocidade Máxima;

2.3.9.2.7 Velocidade Média;

2.3.9.2.8 Visualização do evento no mapa.

2.3.9.3 Relatórios de ponto a ponto deverão exibir os seguintes campos:

2.3.9.3.1 Veículo;

2.3.9.3.2 Origem;

2.3.9.3.3 Destino;

2.3.9.3.4 Tempo Parado na Origem;

2.3.9.3.5 Tempo Parado no Destino;

2.3.9.3.6 Distância Percorrida;

2.3.9.3.7 Velocidade Média;

2.3.9.3.8 Velocidade Máxima;

2.3.9.3.9 Início da Viagem;

2.3.9.3.10 Final da Viagem;

2.3.9.3.11 Visualização no mapa.

2.3.9.4 Exportação de relatórios nos seguintes formatos:

2.3.9.4.1 CSV;

2.3.9.4.2 XLS;

2.3.9.4.3 PDF.

2.3.10 Sistema de cerca eletrônica com aviso em tempo real.

2.3.11 Informação via sistema e e-mail caso o veículo ultrapasse local ou velocidade predeterminada, com possibilidade de bloqueio do veículo.

2.3.12 Imediata notificação quando houver problemas físicos ou lógicos e monitoramento de ignição.

2.3.13 Licença de software gratuita para visualização do veículo em qualquer computador e

dispositivo móvel da contratante.

2.3.14 Função de administrador e usuário, com níveis de acesso distintos ao sistema, os níveis de acesso do sistema serão definidos pela CONTRATANTE.

2.3.15 Da rotatividade dos rastreadores instalados

2.3.15.1 Dos rastreadores instalados, até 60% (sessenta por cento) terão rotatividade nos veículos das Secretarias participantes, sendo solicitado a mudança para outro sempre que surgir a necessidade.

2.3.15.2 A rotatividade não será inferior a 6 (seis) meses, exceto quando:

2.3.15.2.1 Houver troca de veículo na frota ou por aquisição de veículo novo;

2.3.15.2.2 O veículo rastreado for a leilão;

2.3.15.2.3 O veículo for substituído em decorrência de impossibilidade de uso;

2.3.15.2.4 Em caso de sinistro.

2.3.16 As despesas com os serviços de rotatividade de rastreadores nos veículos serão por conta da proponente vencedora e devem estar inclusas na proposta.

2.3.17 Os softwares, porventura necessários ao funcionamento do sistema de rastreamento, deverão ser fornecidos em sua versão mais recente, e se contemplarem licenças de software, as mesmas deverão ser emitidas em nome da CONTRATANTE ou providenciado documento que possibilite o uso, durante o período de vigência da contratação.

2.3.17.1 Todos os arquivos que sejam gerados em formato de dados deverão ser compatíveis com o LibreOffice.

2.3.17.2 À CONTRATADA deverá disponibilizar uma cópia do banco de dados integralmente.

2.4 REQUISITOS DE ARQUITETURA

2.4.1 O software de gerenciamento com acesso via Web deve ser executado em cloud computing mantido ou contratado pela CONTRATADA e possuir interface de acesso em arquitetura web (acessível através de browser) além de ser disponibilizado como SaaS, independente da linguagem utilizada para construção dos sistemas/serviços (back end) e das interfaces (front end);

2.4.1.1 O software de gerenciamento com acesso via Web deverá ser compatível com Mozilla Firefox ESR, Google Chrome Enterprise e EDGE em suas versões atualizadas.

2.4.2 A infraestrutura de datacenter, mantido ou contratado pela CONTRATADA, deve possuir redundância em duas ou mais zonas de disponibilidade em regiões diferentes, em território nacional, garantindo disponibilidade dos sistemas no mínimo em 99,0% do tempo;

2.4.3 À CONTRATADA deverá disponibilizar de uma equipe de gerenciamento, monitoração e resposta a incidentes de segurança 24 horas por dia, 7 dias por semana para tratar possíveis eventos;

2.4.4 À CONTRATADA deverá garantir a segurança dos dados e a privacidade dos cidadãos, aderindo a regulamentos de proteção de dados e garantindo que apenas pessoal autorizado possa acessar as informações;

2.4.5 O software de gerenciamento com acesso via Web deverá utilizar preferencialmente, os Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados - SGBD gratuitos como MySQL, PostgreSQL, MariaDB ou MongoDB;

2.4.5.1 Caso o software de gerenciamento com acesso via Web utilize um SGBD com licenciamento pago, os custos deverão ser pagos pela CONTRATADA.

2.4.5.2 O software de gerenciamento com acesso via Web deverá garantir a integridade das informações contidas no banco de dados, contra qualquer meio, ameaça ou falhas que venham a ocorrer durante o funcionamento dos sistemas.

2.4.6 A solução de gerenciamento de IaaS multi-cloud utilizada pela CONTRATADA deve permitir a migração e movimentação de processos/serviços entre diferentes IaaS simplificando a transferência dos dados e continuidade dos serviços ao término do contrato.

2.4.7 O software de gerenciamento com acesso via Web deverá manter a escalabilidade e performance para tratar o volume de dados e usuários, bem como o crescimento da base de dados e de usuários.

2.4.8 À CONTRATADA deverá mensurar e alocar os recursos dos servidores de forma a manter o software de gerenciamento com acesso via Web em pleno funcionamento.

2.4.9 À CONTRATADA deverá criar e manter rotinas de backup, e em caso de desastres, efetuar a recuperação dos dados.

2.4.10 O software de gerenciamento com acesso via Web deverá permitir a rastreabilidade de operações para auditoria, de modo a garantir a estruturação de um histórico de alterações, que permita consultar as operações realizadas pelos diversos usuários, informando, no mínimo, quem realizou a operação, o que foi realizado durante a operação, quando (data, hora, minuto e segundo) e onde (endereço lógico) foi realizada a operação.

2.4.11 O software de gerenciamento com acesso via Web deve possibilitar a retenção de dados dada a sua utilização para auditoria.

2.4.12 O software de gerenciamento com acesso via Web deverá registrar e permitir a consulta dos acessos e das tentativas de acesso (login).

2.4.13 O software de gerenciamento com acesso via Web deve contar com todas as ferramentas necessárias a garantir a segurança da plataforma de ponta a ponta criando um modelo de múltiplas camadas de segurança como forma mitigar ataques, violações, vazamentos e garantir a confidencialidade, disponibilidade e integridade, contando com criptografia para todo o tráfego, bases de dados, dados e arquivos armazenados, utilização de SSL/TLS, firewall (UTM, NGFW), WAF (Web Application Firewall), CDN, VPN e outras tecnologias para garantir a comunicação segura através de redes, deve possuir interface para definição de regras de acesso, priorização, bloqueio e ação baseada em variáveis, interfaces gerenciamento da infraestrutura e de redes com monitoramento, segregação (ex.: Vlan) e outras ferramentas de controle disponíveis nas camadas de rede.

2.4.14 O software de gerenciamento com acesso via Web deve possuir registro e alerta para ajudar a detectar qualquer atividade não autorizada, incluindo uma segunda linha de defesa com a detecção e resposta de endpoint gerenciado para complementar a segurança da Plataforma.

2.4.15 A empresa contratada deverá manter sistema de *backup* e redundância das informações armazenadas, a fim de manter a segurança das informações, a consulta aos dados anteriores e a continuidade dos serviços;

3-Equipe Mínima:

3.1 À CONTRATADA deverá ter equipe suficiente para atender o objeto desta contratação.

3.2 À CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, a partir do recebimento da ordem de serviço, formalmente designado com capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos referentes à contratação;

3.2.1 À CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que à CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

3.3 À CONTRATADA deverá dispor de responsável técnico para acompanhamento da execução dos serviços.

4-Frequência e Periodicidade da execução dos serviços:

4.1 A Frequência do serviço será de uma Central de Monitoramento 24 horas, 7 dias por semana, 365 dias por ano.

5-Cronograma de execução dos serviços:

5.1 A presente contratação será um serviço contínuo, pelo que a execução será de 12(doze) meses, prorrogáveis, observado o artigo 107 da Lei 14.133/2021

5.2 O prazo de vigência contratual será de 14 (quatorze) meses, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

5.3 À CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias corridos após a emissão da ordem de serviço ou na data indicada por este instrumento jurídico;

5.4 Para início do cumprimento do objeto contratual, a empresa deverá ter capacidade técnica para instalação e pleno funcionamento dos serviços no prazo máximo de 30 dias corridos após o início dos serviços.

5.4.1 As instalações de rastreadores deverão ser executadas nas unidades Municipais indicadas ou em local da CONTRATADA. As instalações iniciais poderão ser efetuadas em mais de uma unidade ao mesmo tempo, conforme definição da CONTRATANTE. A instalação dos rastreadores e todo o serviço descrito neste Memorial, deverão estar em pleno funcionamento em no máximo 30 dias após o início dos serviços.

5.5 À CONTRATADA deverá prestar os serviços descritos 24 (vinte e quatro) horas por dia e sete dias por semana;

5.6 À CONTRATADA **não** poderá cobrar taxa de instalação por módulo de rastreamento instalado, devendo estes custos ser incluídos no valor global da proposta;

5.7 No caso de substituição de veículos por parte da PMJ, à CONTRATADA deverá transferir o módulo de rastreamento, sem ônus para à CONTRATANTE;

5.8 Para fins desta contratação são previstos na mensalidade a serem pagos à empresa contratada:

5.8.1 Serviço de rastreamento veicular via satélite por gps/gsm/gprs, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento.

5.8.2 O valor a ser pago mensalmente por veículo, correspondente ao preço ofertado na proposta da contratada para a prestação dos serviços de rastreamento e monitoramento do primeiro ao último dia de cada mês;

5.8.3 A apuração das medições, levará em conta o divisor de 30 (trinta) dias mensais para apurar o valor diário. Ou seja, as medições serão feitas considerando o valor mensal unitário do serviço de rastreamento contratado e dividido por 30 (trinta), resultando no valor diário de cada unidade de serviço, independente se o mês tiver mais ou menos dias;

5.8.4 Para as instalações realizadas no decorrer do mês em questão, será pago o valor proporcional a partir do dia que for iniciado o monitoramento.

6-Local de execução dos serviços:

6.1 O serviço de rastreamento veicular será prestado nos veículos das Unidades da Administração Direta e Indireta de Joinville.

7-Gestor do Contrato:

7.1 A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública - SEPROT, podendo ser sub-rogada parcialmente;

7.2 Poderá ser admitida a fiscalização administrativa ou técnica conjunta com demais Órgãos da administração direta e indireta, conforme portaria a ser publicada.

7.3 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.4 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

8-Obrigações da Contratada específicas do objeto:

8.1 Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias para a prestação do serviço.

8.1.1 À CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de materiais de consumo que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços, tais como: lixas, estopas, panos, parafusos, fitas e outros itens necessários à execução dos serviços;

8.1.2 Obedecer as **normas Referentes à Saúde e Segurança do Trabalho seguindo Legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal**, para o tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual- EPI e coletiva EPC, caso necessário a seus funcionários;

8.1.3 À CONTRATADA terá responsabilidade exclusiva do contratado pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do Art. 121 da Lei 14.133/2021.

8.2 Prestar os serviços objeto do contrato, sempre por intermédio de técnicos treinados e habilitados com todo o ferramental, aparelhos de medição, peças, materiais e equipamentos necessários;

8.3 Apresentar os funcionários responsáveis pelos serviços, devidamente identificados, portando crachá de identificação, com foto recente e demais dados pessoais;

8.4 À CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE relação atualizada dos funcionários credenciados para efetuarem os serviços, contendo, nome e número da carteira de identidade dos mesmos. Qualquer alteração posterior, à CONTRATADA deverá encaminhar imediatamente a nova relação com as devidas atualizações;

8.5 As instalações/retiradas/manutenções ou outros serviços referentes ao equipamento de rastreamento, deverão ser realizadas de segunda à sexta-feira no horário das 8:00h às 18:00h, ou excepcionalmente, à noite e/ou nos finais de semana, feriados e pontos facultativos, conforme necessidade da CONTRATANTE;

8.6 À CONTRATADA deverá manter em local próprio: Central de Monitoramento e Rastreamento 24 horas, 7 dias por semana, 365 dias por ano, com atendimento por telefone e e-mail direto, de fácil e rápido acesso, inclusive para atendimentos de emergência a qualquer hora e dia;

8.7 À CONTRATADA deverá dispor de 1 (um) profissional de Suporte Técnico, responsável pelo serviço de rastreamento e monitoramento dos veículos, pelo cadastro de veículos, pela emissão de relatórios quando solicitados ou quando houver ocorrências/discrepâncias, bem como, todos os serviços necessários referentes ao uso do sistema, conforme solicitação da CONTRATANTE.

8.7.1 O Suporte Técnico deverá ser realizado *in loco* ou remoto.

8.7.1.1 Os atendimentos realizados pelos técnicos residentes da CONTRATADA, serão realizados *in loco*, na Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública - SEPROT, sendo que os mesmos poderão ser registrados no sistema de chamados próprio da CONTRATADA.

8.7.1.2 Os atendimentos remotos, serão realizados mediante registro de chamados em sistema próprio da CONTRATADA.

8.7.1.3 O atendimento *in loco* realizado pelos técnicos residentes, bem como o atendimento remoto deverão estar disponíveis das 8h às 18h de segunda-feira à sexta-feira ou em casos específicos, em outros horários, inclusive finais de semana, feriados e pontos facultativos desde que acordado entre as partes.

8.8 As instalações, desinstalações e manutenções dos equipamentos de rastreamento, deverão ocorrer nas unidades municipais, ou em local especializado, sugerido pela CONTRATADA, com a aquiescência da CONTRATANTE;

8.8.1 As instalações, desinstalações e manutenções, incluindo as despesas com o deslocamento do técnico, correrão sem ônus para a CONTRATANTE;

8.9 De maneira excepcional, em caso de justificada necessidade da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá realizar os serviços em outras áreas dentro dos limites municipais, como por exemplo, nas áreas de sombra (área sabidamente sem cobertura de operadora de telefonia) ou outros.

8.10 A CONTRATADA deverá manter lista e ou croqui atualizado do local de instalação dos rastreadores em cada veículo;

8.11 Todas as informações descritas nesse Memorial Descritivo, deverão ficar armazenadas, para consulta por número de placa (ou na falta deste, por número de chassi), por um prazo mínimo de 180 dias, ainda que após a retirada do módulo de rastreamento, sem ônus à CONTRATANTE;

8.12 Fase de Transição e Encerramento (Fim do Ciclo)

8.12.1 Ao final da vigência contratual, para garantir a autonomia da CONTRATANTE e a continuidade do serviço público, a CONTRATADA deverá executar um plano de transição, que incluirá, obrigatoriamente:

8.12.1.1 Exportação Integral dos Dados: fornecer à CONTRATANTE uma cópia completa e íntegra de toda a base de dados (cadastrais e históricos) em formato aberto, legível e documentado (ex: CSV, SQL, XML), que não dependa da plataforma para ser acessado ou em formato SQL. Tal ação deverá ser acordada previamente entre CONTRATADA e CONTRATANTE.

8.12.1.2 Apoio à Transição: colaborar com a equipe técnica da CONTRATANTE ou de um futuro fornecedor durante o processo de migração dos dados para uma nova plataforma.

8.12.1.3 Desmobilização Segura: realizar a exclusão segura e certificada de todos os dados da CONTRATANTE de sua infraestrutura após a confirmação do recebimento e validação dos dados pela Administração Pública, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

8.13 A CONTRATADA deverá disponibilizar uma ferramenta eletrônica de registro de solicitação de serviços, configurável, para os níveis mínimos de serviços exigidos pela CONTRATANTE.

8.14 O registro de chamados em sistema da CONTRATADA servirá para facilitar o gerenciamento do processo de Suporte Técnico e, deverá suportar transações de abertura, registro, decisões e encaminhamentos dos atendimentos, com monitoramento, análise, avaliação do atendimento, e disponibilidade para o gerenciamento dos níveis de serviços pela CONTRATANTE, devendo conter em sua base de dados no mínimo os seguintes dados acessíveis a CONTRATANTE:

8.14.1 Sistema disponível em regime 24X7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana em qualquer período do ano);

8.14.2 Horário de cada chamado efetuado pela CONTRATANTE;

8.14.3 Forma de atendimento *in loco* e remoto;

8.14.4 Número de registro de cada demanda/incidente;

8.14.5 Dados de identificação do(s) autor(es) do(s) chamado(s);

8.14.6 Dados de identificação do(s) atendente(s): nome completo, função na CONTRATADA e contato;

8.14.7 Histórico acerca do problema identificado pelo usuário em cada chamado (campo texto livre) ou disponibilizar codificação para escolha, caso haja maturidade no processo;

8.14.8 Tempo decorrido após a abertura do chamado no sistema até o encerramento;

8.14.9 Horário do início do atendimento e tempo do atendimento;

8.14.10 Data e horário previsto para a finalização do atendimento;

8.14.11 Dados de identificação do(s) responsável(is), na CONTRATANTE, pelo(s) aceite(s) do(s) serviço(s) implementados pela CONTRATADA;

8.14.12 Data e horário de finalização do atendimento;

8.14.13 Histórico do atendimento (campo livre para descrição do serviço executado, comentários, sugestões, apontamentos e eventuais erros operacionais, críticas, etc).

8.15 A reposição ou manutenção dos equipamentos deverá preservar a mesma qualidade do produto substituído, salvo quando o produto apresentar qualidade superior;

8.16 A CONTRATADA deverá corrigir todas as falhas detectadas nos equipamentos, sistemas ou serviços prestados, reparando e/ou substituindo quaisquer equipamentos (ou seus acessórios e componentes) ou sistemas que apresentem avarias, mau funcionamento ou ainda qualquer tipo de falha, em

um prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de conhecimento do problema ou de recebimento de comunicação ou abertura de ordem de serviço;

8.16.1. À CONTRATADA deverá preencher formulário próprio de Ordem de Serviço, onde constará minimamente os dados do veículo, da unidade atendida, do responsável pelo acompanhamento do serviço e a descrição do problema e da solução adotada;

8.17 À CONTRATADA deverá oferecer um treinamento inicial, podendo ser online ou presencial, para 25 (vinte e cinco) pessoas em horário comercial, com carga horária de no mínimo 2h/aula, para redimir dúvidas de como operar o sistema, gerar relatórios e usar as ferramentas oferecidas pelo sistema, sem ônus para a CONTRATANTE;

8.17.1 O conteúdo desse treinamento deverá ser disponibilizado para futuros acessos da Contratante;

8.18 À CONTRATADA deverá guardar sigilo de todas as informações, conforme preconiza a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, Lei no 13.709/2018.

8.18.1 CLÁUSULA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

8.18.1.1 À CONTRATADA declara-se ciente de que a execução contratual envolve o tratamento de dados pessoais, inclusive dados sensíveis, nos termos da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), sendo tais dados coletados por meio de imagens, sons, sistemas de monitoramento, controle de acesso facial, reconhecimento de placas, entre outros meios.

8.18.1.2 O Município de Joinville atuará como Controlador dos dados, sendo à CONTRATADA considerada Operadora, comprometendo-se está a realizar o tratamento dos dados pessoais exclusivamente de acordo com as instruções documentadas da CONTRATANTE e para fins legítimos e compatíveis com o contrato e a legislação vigente.

8.18.1.3 À CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição acidental ou ilícita, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se as melhores práticas de segurança da informação e os princípios da minimização, necessidade e finalidade.

8.18.1.4 À CONTRATADA deverá incorporar, em todos os seus processos, sistemas e equipamentos utilizados, os princípios da privacidade desde a concepção (Privacy by Design) e da privacidade por padrão (Privacy by Default), adotando soluções técnicas e organizacionais que garantam a proteção de dados em todo o ciclo de vida do serviço, incluindo, mas não se limitando à: minimização e limitação do tratamento ao necessário para cumprimento do contrato; uso de criptografia, autenticação segura e controle de acessos com registro de logs; gestão de perfis de acesso; capacidade de anonimização ou pseudonimização dos dados sempre que viável; atualização periódica das soluções de segurança e controle.

8.18.1.5 Na ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos dados pessoais tratados no âmbito deste contrato, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do incidente, apresentando, em até 48 (quarenta e oito) horas, relatório técnico contendo a descrição do ocorrido, os dados afetados, medidas adotadas e responsáveis pelo tratamento.

8.18.1.6 Todos os colaboradores, subcontratados ou terceiros que atuarem na prestação dos serviços deverão ser previamente treinados em segurança da informação e proteção de dados pessoais, mediante capacitação documentada e contínua, podendo a CONTRATANTE solicitar as evidências a qualquer tempo.

8.18.1.7 O armazenamento de dados e imagens deve observar os prazos técnicos definidos no contrato, sendo obrigatória a eliminação segura dos dados ao término do contrato, salvo obrigações legais ou expressa deliberação da CONTRATANTE.

8.18.1.8 À CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, realizar auditorias para verificação do cumprimento da legislação de proteção de dados, devendo a CONTRATADA garantir acesso aos sistemas, registros e demais evidências técnicas relacionadas à prestação do serviço.

8.18.1.9 Havendo transferência internacional de dados no âmbito deste contrato, à CONTRATADA se compromete a observar o disposto nos artigos 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados, assegurando a adoção de cláusulas contratuais específicas, garantias adequadas e conformidade com os padrões exigidos pela ANPD, bem como comunicando de forma expressa à CONTRATANTE.

8.18.1.10 É obrigatória a assinatura, por parte dos colaboradores, prepostos, subcontratados e terceiros da CONTRATADA que tenham acesso a dados pessoais no âmbito da execução contratual, de Termo de Confidencialidade e Sigilo, comprometendo-se a manter a privacidade das informações acessadas e a não utilizá-las para qualquer fim alheio ao contrato, nem compartilhá-las com terceiros sem autorização expressa da CONTRATANTE.

8.18.1.11 O descumprimento das cláusulas de proteção de dados sujeitará à CONTRATADA às sanções administrativas previstas no contrato e à responsabilidade civil ou penal cabível, podendo a CONTRATANTE exercer o direito de regresso em caso de condenação ou dano a titulares de dados.

8.19 Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato;

8.20 À CONTRATADA deverá assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros.

8.21 Promover a destinação final ambientalmente adequada e a logística reversa, sempre que a legislação assim o exigir.

8.22 Cumprir com a legislação ambiental aplicável à prestação do serviço.

8.23 À CONTRATADA deverá prestar esclarecimentos e orientações sempre que solicitadas, comunicar imediatamente ao setor competente quando da ocorrência de quaisquer situações anormais relacionadas com a rotina de trabalho;

8.24 Atender com presteza às reclamações, principalmente as que se referem à qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para a CONTRATANTE;

8.25 Não divulgar, nem fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato e não utilizar o nome da contratante para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia e formal da Contratante;

8.26 As Notas Fiscais da CONTRATADA serão emitidas conforme medições dos serviços da CONTRATANTE, considerando eventuais descontos ou pagamentos proporcionais verificados pela Fiscalização;

8.27 À CONTRATADA fica obrigada ao cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias em relação aos empregados contratados, inclusive no tocante às normas de saúde e segurança do trabalho, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato administrativo.

8.28 À CONTRATADA deverá apresentar, no máximo até o 10º (décimo) dia após o início da prestação dos serviços, sob pena de rescisão unilateral do contrato administrativo:

8.28.1 Relação de colaboradores envolvidos diretamente no serviço com as suas respectivas funções, acompanhada das cópias dos contratos de trabalho em CTPS;

8.28.2 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) vigentes e específicos para as atividades objeto do contrato;

8.28.3 Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os trabalhadores, demonstrando a realização de exame médico admissional, periódico ou demissional, dependendo da situação, conforme exigido pela legislação e previsto no PCMSO, e informando, conforme a função, a aptidão para trabalho em altura e/ou aptidão para trabalho em ambientes confinados, em sendo o caso;

8.28.4 Comprovante de realização de treinamento específico para a função, quando exigido pela legislação e previsto no PGR;

8.28.5 Todas as Análises Preliminares de Riscos (APR) para todas as atividades objeto do respectivo serviço;

8.28.6 Cópias dos recibos de fornecimento dos equipamentos de proteção individual a todos os empregados, quando exigido pela legislação e previsto no PGR e especificados nas APR, com verificação da validade dos certificados de aprovação (CA);

8.28.7 Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) sobre o laudo;

8.28.8 Constituição do SESMT e relação dos profissionais designados às atividades de Segurança e Medicina do Trabalho, quando exigível, conforme Norma Regulamentadora nº 04, do Ministério do Trabalho e Emprego;

8.28.9 Constituição da CIPA e relação dos profissionais designados, quando exigível, conforme Norma Regulamentadora nº 05, do Ministério do Trabalho e Emprego.

8.28.10 Exame admissional;

8.28.11 Convenção Coletiva de Trabalho - CCT e Acordo Coletivo de Trabalho - ACT;

8.28.12 Guia de Recolhimento de FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP;

8.28.13 Anotação de responsabilidade técnica do profissional (ART) que acompanhar(á) a execução do serviço. Na hipótese em que a ART seja condição para assinatura da Ordem de Serviço, deverá ser apresentada previamente, nos termos do artigo 176 § 1º, da Instrução Normativa nº 03/2024.

9-Obrigações da Contratante específicas do objeto:

9.1 Nomear comissão para acompanhamento e fiscalização das obrigações da contratada.

9.2 Em atendimento ao disposto no item 5.3 emitir ordem de serviço de acordo com as especificações descritas neste Memorial Descritivo.

9.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, através de acompanhamento e fiscalização dos serviços, de acordo com este Memorial Descritivo, cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.4 Notificar a empresa CONTRATADA quanto a qualquer irregularidade encontrada;

9.5 Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do(s) local(is) onde irão prestar o serviço;

9.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, quando necessário;

9.7 Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer falha e/ou irregularidade no

fornecimento do(s) produto(s), determinando o que for necessário à sua regularização;

9.8 Aceitar/rejeitar, no todo ou em parte, o(s) serviços(s) executados pela CONTRATADA.

9.9 Quando do descumprimento das obrigações pela contratada, observar o disposto na Instrução Normativa nº 04/2017 (1309006) aprovada pelo Decreto n.º 30.150/2017, acerca dos procedimentos cabíveis à instauração do processo administrativo pertinente, para apuração de responsabilidade.

9.10 Fiscalizar, efetiva e periodicamente, o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho, documentando os respectivos atos de fiscalização.

9.11 Designar pelo menos 1 (um) fiscal do contrato, com formação ou qualificação que englobe, especificamente, conhecimentos acerca da análise e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho.

9.12 Documentar, por intermédio do fiscal ou fiscais do contrato, mensalmente e especificamente, todas as ocorrências relacionadas ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho.

9.13 Instaurar processo administrativo destinado à aplicação das penalidades previstas contratualmente, acaso constatado o inadimplemento ou atraso de qualquer obrigação trabalhista e previdenciária em relação aos empregados contratados, inclusive no tocante às normas de saúde e segurança do trabalho, devendo ainda proceder, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, à comunicação do fato ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério do Trabalho.

10-Condições Gerais (se houver):

10.1 - Modelo de gestão e execução da contratação:

10.1.1 O contrato deverá ser executado pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial do contrato;

10.1.2 A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública - SEPROT, por meio da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, conforme Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, Capítulo VI, Seção IV, V e VI, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão;

10.1.3 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização será nomeada em até 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do Contrato;

10.1.4 Caberá à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela contratada de todas as condições contratuais.

10.1.5 Define-se como forma de comunicação com a CONTRATADA a formal, nos termos do Decreto n.º 64.109/2024, que aprovou a Instrução Normativa n.º 03/2024 (0023970042) da Secretaria de Administração e Planejamento;

10.1.6 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.1.7 O(s) produto(s)/serviços(s) será(ão) recebido(s):

10.1.7.1 Provisoriamente, no ato da entrega do(s) produto(s)/serviços(s), pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Contrato;

10.1.7.2 Definitivamente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados após o recebimento provisório, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se o(s) serviço(s) estiver(em) conforme quantidade solicitada e em conformidade com as especificações do presente Memorial Descritivo;

10.1.7.3 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 10.1.7.2 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

10.1.7.4 O recebimento provisório ou definitivo do(s) produto(s)/serviços(s) não exclui a responsabilidade da(s) CONTRATADA(S) pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do(s) futuro(s) Contrato(s);

10.1.7.5 Se à CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que o(s) serviço(s) prestado(s) não corresponde(m) ao exigido no presente Memorial Descritivo, ou em quantidade diversa da solicitada, a(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) providenciar(em) no prazo estipulado no subitem 8.15, a substituição/reposição do(s) equipamento(s) visando ao atendimento total das especificações, conforme item 2.3, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no contrato, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

10.2 - Fiscalização Técnica

10.2.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

10.2.2 Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

10.2.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

10.2.4 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

10.3 - Fiscalização Administrativa

10.3.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

10.3.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

10.4 - Critério de medição e pagamento

10.4.1 As medições considerarão o serviço prestado do primeiro ao último dia de cada mês;

10.4.2 A apuração das medições, levará em conta o divisor de 30 (trinta) dias mensais para apurar o valor diário. Ou seja, as medições serão feitas considerando o valor mensal unitário do serviço de rastreamento, onde o rastreador encontra-se instalado e em pleno funcionamento, dividido por 30 (trinta), resultando no valor diário de cada unidade de serviço, independente se o mês tiver mais ou menos de 30 dias;

10.4.3 A medição dos serviços contratados e instalados ficará a cargo da Comissão Acompanhamento e Fiscalização do Contrato que se utilizará do documento INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO - IMR, SEI 26127419, para a avaliação do serviço entregue e comunicará a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela referida comissão, com apresentação das glosas, se houver;

10.4.4 O pagamento será conforme as medições **mensais** realizadas de acordo com o serviço efetivamente executado, por veículo com rastreador instalado e em pleno funcionamento;

10.4.5 Os rastreadores contratados, mas não instalados ou os que não estão em funcionamento por falhas da Contratada, não serão pagos.

10.4.6 Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

10.5 - Formas e critérios de seleção do fornecedor.

10.5.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

10.5.1.1 O valor proposto deverá considerar o valor mensal por veículo com o serviço de rastreamento e demais despesas.

10.6 Regime de execução

10.6.1 A execução da presente contratação será pelo regime de execução indireta de empreitada por preço unitário.

10.7 Exigências de habilitação

10.7.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.7.1.1 Qualificação Econômico-Financeira

10.7.1.1.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

10.7.1.1.1.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.7.1.1.1.2 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.7.1.2 Qualificação Técnica

10.7.1.2.1 A proponente deverá demonstrar a capacidade técnico-profissional e a capacidade técnico-operacional.

10.7.1.2.2 Indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes.

10.7.1.2.2.1 Apresentar o Registro do profissional indicado no conselho competente;

10.7.1.2.2.2 Apresentar atestado de responsabilidade técnica por execução do serviço de características semelhantes àquele a ser contratado, ou seja: serviços de rastreamento de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS.

10.7.1.2.2.3 Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

10.7.1.2.3 Apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta licitação, que corresponda a 10% do total a ser executado, ou seja: 336 unidades de serviços de rastreamento de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS.

10.7.1.2.3.1 Será permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo exigido.

10.7.1.2.3.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.7.1.2.4 Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica na entidade profissional competente.

10.7.1.2.5 O proponente disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.7.1.2.6 O proponente deverá apresentar garantia de execução contratual (nos moldes do art. 96 e ss. da Lei nº 14.133/2021) no importe de 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme previsto no art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

10.7.1.2.7 O proponente deverá apresentar garantia adicional caso a proposta seja inferior a 85% do valor orçado pela Administração, nos termos do Art. 59, §5º da Lei 14.133/2021.

10.8 - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E MATERIAIS EMPREGADOS

10.8.1 O prazo de garantia de funcionamento, locação e prestação dos serviços se manterão durante todo o período que o contrato estiver válido.

10.8.2 Durante o prazo de garantia de funcionamento a empresa prestará assistência técnica aos serviços e produtos, através de estrutura própria ou de parceiro autorizado, efetuando manutenção preventiva e corretiva, sem ônus adicionais para evitar descontinuidade.

10.8.2.1 Entende-se por manutenção preventiva a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos produtos, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.

10.8.2.2 Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar os serviços e produtos em seu perfeito estado de uso, compreendendo inclusive substituições de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.

10.9 - VISITA TÉCNICA

10.9.1 Não há necessidade de realização de visita técnica nos locais de execução dos serviços.

10.10 - DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

10.10.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

10.10.2 Será admitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e regras previstas no Edital.

10.11 - DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

10.11.1 O custo estimado total da contratação é de R\$465.192,00 (quatrocentos e sessenta e

cinco mil, cento e noventa e dois reais), conforme Orçamentos Planilhados que instrui o presente processo de contratação.

10.12 - DA ADEQUAÇÃO/DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

10.12.1 Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária da Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública - SEPROT;

10.12.2 Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Compras" que fará parte do presente processo.

10.12.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.13 - DA MELHOR SOLUÇÃO ENCONTRADA

10.13.1 - Conforme Estudo Técnico Preliminar a melhor solução encontrada de momento para atendimento ao interesse público envolvido é a contratação de empresa(s) especializada(s), devidamente habilitadas, com capacidade técnica suficiente, que tenham executado rastreamento e monitoramento veicular via satélite

10.14 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

10.14.1 - A presente contratação possui como fundamentação o Estudo Técnico Preliminar correspondente, que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

10.15 - CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

10.15.1 Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial:

10.15.1.1 A Lei nº 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

10.15.1.2 A Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MP.

10.16 - PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE/DESEMPENHO

10.16.1 Será utilizado o **Instrumento de Medição de Resultado e Qualidade do Serviço de Rastreamento e Monitoramento Veicular - IMR**, SEI 26127419.

10.16.2 O IMR apresentará os critérios de avaliação da qualidade dos serviços e medição de resultados, contendo indicadores, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento dos serviços estabelecidos;

10.16.3 A fiscalização técnica avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento (glosa) no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que à CONTRATADA:

10.16.3.1 Não produzir os resultados acordados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

10.16.3.2 Deixar de utilizar materiais/equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à contratada.

10.16.4 A utilização do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

10.16.5 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

10.16.6 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização - CAF deverá apresentar à CONTRATADA o IMR mensal para manifestação e eventual nova avaliação pela CAF.

10.16.6.1 À CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador; e

10.16.6.2 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta não atingir os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório e termo de contrato.

10.16.7 O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços, sendo vedado atribuir à CONTRATADA a avaliação;

10.17 - INTEROPERABILIDADE

10.17.1 A plataforma deverá permitir a interoperabilidade a diversas bases de dados da PMJ.

10.17.2 O sistema deverá operar em tempo real com o mínimo de sobrecarga de processamento de dados.

10.18 - DA ASSINATURA ELETRÔNICA

10.18.1 Considerando que assinatura dos instrumentos contratuais são realizados eletronicamente, mediante login e senha, deverão o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023.

10.18.1.1 O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

10.18.2 Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

10.18.2.1 É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Ribeiro da Luz, Coordenador(a)**, em 12/12/2025, às 14:04, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiana Soares Carvalho, Coordenador(a)**, em 12/12/2025, às 14:10, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Isaías Stremel de Almeida, Gerente**, em 12/12/2025, às 14:17, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea da Silva de Macedo, Coordenador(a)**, em 12/12/2025, às 14:21, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Rodolfo Lauro Weinert, Diretor (a) Executivo (a)**, em 12/12/2025, às 14:53, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rogerio Rigo, Secretário (a)**, em 12/12/2025, às 14:56, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **27834349** e o código CRC **5A3D34D4**.

Rua Caçador, 112 - Bairro Anita Garibaldi - CEP 89203-610 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br